

1. RECENSÕES

Miguel LUCAS PIRES, *Dos privilégios creditórios: regime jurídico e sua influência no concurso de credores*, Coimbra, Almedina, Dezembro de 2003, 463 pp..

Luís Miguel Simões Lucas Pires licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 1998. Iniciou o seu percurso académico como monitor nessa mesma Faculdade, no ano lectivo de 1998/1999, tendo depois leccionado no Instituto Superior Bissaya Barreto entre os anos lectivos de 2000/2001 e de 2002/2003. Entre Fevereiro de 2001 e Setembro 2002 foi membro do Centro de Estudos Jurídicos da Universidade de Aveiro, passando, a partir do ano lectivo de 2002/2003, a leccionar nessa mesma Instituição. Foi na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra que realizou a pós-graduação em Direito Bancário, da Bolsa e dos Seguros e concluiu o curso de mestrado em Ciências Jurídico-Civilísticas, cuja dissertação serve de base à obra objecto da presente recensão.

Miguel Lucas Pires começa a sua obra, *Dos privilégios creditórios: regime jurídico e sua influência no concurso de credores*, considerando que esta se ocupa da problemática dos privilégios creditórios.

Em seu entender, o interesse no tráfico jurídico da matéria dos privilégios creditórios é vario. De entre todas as causas de preferência, o privilégio creditório é aquela cujo regime jurídico e influência para o concurso de credores se encontram menos estudados em Portugal, com os inevitáveis inconvenientes que daí resultam, principal, mas não exclusivamente, para a elaboração das decisões judiciais de graduação de créditos. Esta situação assume, na opinião do autor, uma relevância ainda maior na medida em que a quantidade de privilégios creditórios tem aumentado desde a entrada em vigor do Código Civil e, noutra ordem de considerações, o seu carácter oculto é susceptível de afectar os direitos de terceiros.

Assim, Miguel Lucas Pires destaca como objectivos do seu estudo, por um lado, clarificar o regime vigente, elencando todos os privilégios creditórios existentes na ordem jurídica nacional, graduando-os entre si e conjuntamente com outras garantias reais, contribuindo deste modo para

facilitar a elaboração das decisões judiciais de graduação de créditos quando existam créditos privilegiados em concurso; por outro lado, procurar alternativas aos privilégios creditórios tal qual estes são hoje concebidos – enquanto garantias ocultas que preterem, em sede de concurso, muitas das outras causas legais de preferência –, bem como limitar o prejuízo que deriva da possibilidade de estes credores reclamarem os seus créditos em execuções instauradas por outrem em que sejam penhorados bens objecto do privilégio.

Neste contexto, a obra objecto da presente recensão começa por uma introdução histórica à temática dos privilégios creditórios, procedendo-se depois a uma curta análise do regime do Código Civil e, a partir da noção dele constante, discorrendo-se acerca das principais características e modalidades da figura, naquilo a que o autor se permite chamar de teoria geral do privilégio creditório. Ainda na parte relativa à noção, características e espécies de privilégios no ordenamento jurídico português, o autor dedica especial importância à distinção entre privilégios mobiliários e imobiliários e entre privilégios gerais e especiais. Em seguida, opera-se a distinção de figuras que, de uma forma ou de outra, apresentam alguma conexão com os privilégios creditórios, sejam os gerais sejam os especiais. Entra-se, depois, na parte com maior relevância prática desta obra, relativa à influência dos privilégios perante terceiros, seja no que se refere à respectiva oponibilidade a direitos reais de garantia seja a direitos reais de gozo. Depois de analisados os privilégios consagrados no Código Civil e em legislação extravagante, estabelece-se uma graduação entre eles. Isto posto, analisa-se o regime das falências. Por último, sintetizam-se as conclusões que, ao longo da obra objecto da presente recensão, foram sendo expostas pelo autor.

Dúvidas não restam que a obra cujo conteúdo se dispõe como se acaba de sintetizar beneficia de uma escrita de leitura aliciante e contém reflexões interessantes para a compreensão da figura dos privilégios creditórios. Possibilita, quer aos leitores iniciados no tema quer aos que pretendem aprofundar os seus conhecimentos, compreender melhor uma figura de contornos imprecisos mas de tão grande relevância, sendo certo que, por força da posição favorável no concurso com outros créditos, os agraciados com um privilégio creditório serão dos primeiros a obter pagamento, circunstância que, associada ao número crescente de privilégios disseminados por diversos diplomas avulsos, por si só justificaria um melhor conhecimento da figura. É, pois, uma obra do maior relevo, patenteando uma vez mais a necessidade de investigações críticas devidamente preparadas e apresentadas de forma coerente e estruturada.

Raquel Tavares dos Reis

Arménio REGO; José Manuel MOREIRA e Cláudia SARRICO, *Gestão Ética e Responsabilidade Social das Empresas*, S. João do Estoril: